

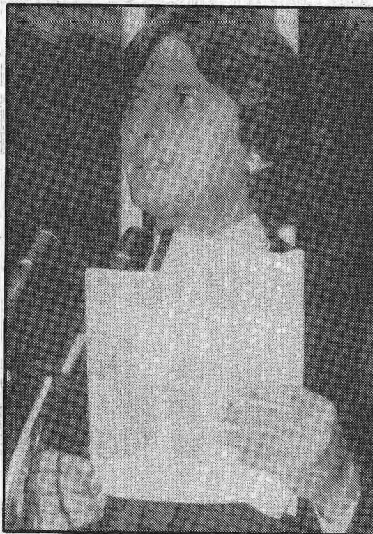
Collor, dez projetos e nenhuma lei

Fernando Collor, por sua vez, teve uma atuação mais discreta.

De um total de 26 pronunciamentos, praticamente todos se referiam a necessidade de um maior investimento para a indústria da cana-de-açúcar em Alagoas. Em um discurso em junho de 1983, Collor define a agroindústria canavieira como de "vital importância para o Nordeste, seja por sua intensa participação relativa na economia regional, inclusive na geração de recursos fiscais, seja pela geração de recursos fiscais, seja pela indispensável contribuição à oferta de empregos essenciais à contenção de fluxos migratórios campo-cidade e a própria defesa da estabilidade social".

Neste mesmo ano, Collor apresenta um programa de 13 pontos para tentar resolver a crise que o País vivia naquela época. Ele defendia incentivos fiscais, financeiros e tecnológicos para as pequenas e médias indústrias; ampliação dos programas de formação e aperfeiçoamento da mão-de-obra; mudança na estrutura fundiária, porque em sua opinião "não existem terras improdutivas, mas inaproveitadas devolutas ou, ainda, mal trabalhadas"; aumento do poder aquisitivo dos salários, redução das taxas de juros; aumentos das aposentadorias; seguro desemprego privado, que seria pago pelos trabalhadores e empresários e administrado por empresas particulares; uso do FGTS apenas para construção de casas populares; distribuição de 6 produtos alimentícios para a população carente; reforma tributária; diminuição das diferenças regionais e a consolidação do pólo cloroquímico de Alagoas.

AG.



Collor: 10 projetos arquivados

O último item de seu programa defende "um tratamento especial ao setor açucareiro, com a garantia da estabilidade de preços, "através de financiamentos nas épocas próprias, colocação certa de seus produtos e preços remunerados de capital". Nos três anos em que exerceu o seu mandato de deputado federal, era uma constante o seu pedido para que o Governo Federal liberasse financiamentos para a indústria de cana-de-açúcar.

Das poucas vezes que discursou sobre política, o fez para elogiar o então presidente João Figueiredo e a política de abertura que vinha desenvolvendo, como fez em 14 de junho:

"O Presidente João Figueiredo,

ao assumir o Governo, e mesmo antes, jurou fazer do Brasil uma democracia. São indiscutíveis a obstinação e a coragem cívica do Chefe da Nação para atingir o seu intento. Mostras concretas desse ideal são por todos conhecidas".

Apesar de ser autor de emenda constitucional, que concederia aos jornalistas aposentadoria especial, Collor nem sempre teve um bom relacionamento com a imprensa. Em 1984, quando o Congresso editava um jornal com histórias de antigos parlamentares, Collor ficou indignado com a publicação do episódio em que seu pai, o senador Arnon de Mello, matou com um tiro, dentro do plenário, o senador José Kalrala que era suplente e estava se despedindo do Congresso Nacional. Os tiros de Arnon eram enderçados ao senador Silvestre Péricles que o havia ameaçado de morte. Fernando Collor pediu ao presidente do Senado, Moacyr Dalla, que demitisse todos os jornalistas responsáveis pela publicação do episódio.

Collor apresentou 10 projetos de lei, nenhum deles foi aprovado. Um desses projetos permitia que o empregador em débito com a Previdência Social em 1984 tivesse um prazo de 180 dias para saldar sua dívida, sem multa, juros ou correção monetária. Outra proposta apresentada por ele, determinava a quitação do financiamento para aquisição da casa própria pelo Sistema Financeiro da Habitação do mutuário com mais de 60 anos de idade, aposentado e com renda familiar inferior a sete salários mínimos.